

**TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO**

Número do Termo de Análise de Credenciamento 003/2024

Número do Processo (Nº protocolo ou processo) 003/2024

**I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS**

Ente Federativo PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA CNPJ 45.281.144/0001-00

Unidade Gestora do RPPS FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA CNPJ 13.891.469/0001-00

| II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA  |            | ADMINISTRADOR            | <input checked="" type="checkbox"/> | GESTOR         |     |
|--|------------|--------------------------|-------------------------------------|----------------|-----|
| Razão Social   |            |                          | CNPJ                                |                |     |
| CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  |            |                          | 00.360.305/0001-04                  |                |     |
| Endereço   |            |                          | Data Constituição                   |                |     |
| SETOR BANCARIO SUL QUADRA 04, 34 - BLOCO A - ASA SUL - BRASÍLIA - DF - CEP: 70.092-900   |            |                          | 12/08/1969                          |                |     |
| E-mail (s)   |            |                          | Telefone (s)                        |                |     |
| ciro.miguel@caixa.gov.br   |            |                          | (11) 3572-4600                      |                |     |
| Data do registro na CVM  | 04/01/1995 | Categoria (s)            |                                     |                |     |
| Data do registro no BACEN  |            | Categoria (s)            |                                     |                |     |
| Principais contatos com RPPS   | Cargo      | E-mail                   |                                     | Telefone       |     |
| CIRO AUGUSTO MIGUEL  |            | ciro.miguel@caixa.gov.br |                                     | (11) 3572-4600 |     |
| LUAN AUGUSTO SILVEIRA DA COSTA   |            | luan.costa@caixa.gov.br  |                                     |                |     |
| A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?  |            |                          | Sim                                 | X              | Não |
| A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?  |            |                          | Sim                                 | X              | Não |
| A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro? |            |                          | Sim                                 | X              | Não |
| Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?  |            |                          | Sim                                 | X              | Não |
| A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?   |            |                          | Sim                                 | X              | Não |

Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?

Sim

X

Não

**III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:**

|   |                   |   |               |
|---|-------------------|---|---------------|
| X | Art. 7º, I, "b"   |   | Art. 8º, II   |
|   | Art. 7º, I, "c"   |   | Art. 9º, I    |
| X | Art. 7º, III, "a" |   | Art. 9º, II   |
|   | Art. 7º, III, "b" | X | Art. 9º, III  |
|   | Art. 7º, IV       | X | Art. 10º, I   |
|   | Art. 7º, V, "a"   | X | Art. 10º, II  |
|   | Art. 7º, V, "b"   | X | Art. 10º, III |
|   | Art. 7º, V, "c"   |   | Art. 11º      |
| X | Art. 8º, I        |   |               |

**IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:**

Código ISIN

Data da Análise

|   |                    |            |
|---|--------------------|------------|
| CAIXA AÇÕES MULTIGESTOR FIC AÇÕES                           | 30.068.224/0001-04 | 09/01/2024 |
| CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP                    | 08.070.841/0001-87 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL 2024 VI TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA         | 22.791.074/0001-26 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA            | 45.443.514/0001-50 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA          | 18.598.042/0001-31 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA         | 19.769.046/0001-06 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA              | 23.215.097/0001-55 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP | 14.386.926/0001-71 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP      | 11.060.913/0001-10 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL INDEXA IBOVESPA FI AÇÕES                       | 13.058.816/0001-18 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA         | 10.740.670/0001-06 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP        | 14.508.605/0001-00 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA                           | 23.215.008/0001-70 | 09/01/2024 |

|   |                    |            |
|---|--------------------|------------|
| CAIXA CONSUMO FI AÇÕES                                      | 10.577.512/0001-79 | 09/01/2024 |
| CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES                     | 14.507.699/0001-95 | 09/01/2024 |
| CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP             | 30.036.235/0001-02 | 09/01/2024 |
| CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES                               | 10.551.382/0001-03 | 09/01/2024 |
| CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I 17.502.937/0001-68 | 17.502.937/0001-68 | 09/01/2024 |
| CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP      | 10.646.895/0001-90 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP        | 10.740.658/0001-93 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP               | 03.737.206/0001-97 | 09/01/2024 |
| CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP                        | 35.536.532/0001-22 | 09/01/2024 |
|   |                    |            |

#### V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| <b>Estrutura da Instituição</b>      | A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília - Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, operando por meio de escritório de representação nos Estados Unidos. Seu capital social pertence integralmente à União.  |
| <b>Segregação de Atividades</b>      | A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília - Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, operando por meio de escritório de representação nos Estados Unidos. Seu capital social pertence integralmente à União.  |
| <b>Qualificação do corpo técnico</b> | A estrutura é muito bem organizada e segmentada, com claras responsabilidades e controles. Em 2022 havia 189 funcionários. A estrutura conta com um vice-presidente (CEO), dois diretores (CIO e um executivo de administração fiduciária/distribuição) e executivos de risco (crédito, operacional mercado e liquidez) e de compliance. A equipe de investimentos é segmentada em renda fixa (crédito e juros/inflação), variável (ações e multimercados/câmbio) e fundos de fundos (FoFs). Embora a equipe de FoFs se reporte ao CIO da gestora, as decisões de investimento são tomadas em comitês segregados, com diferentes processos e quóruns. A empresa conta com executivos experientes, a maioria com mais de 15 anos na instituição e mais de vinte no grupo. O risco de pessoa-chave é baixo. A rotatividade tem aumentado desde 2019, com várias alterações nos altos níveis (CEO, CIO, executivo de risco e alguns superintendentes e gerentes), mas os novos executivos são oriundos da própria gestora ou de empresas do grupo. Além disso, essas alterações não afetaram a continuidade dos negócios. As áreas de auditoria interna e o departamento jurídico são do grupo e segregados da gestora. As áreas de risco e de compliance fazem parte da gestora, mas de forma completamente segregada, com reporte ao CEO. As áreas de suporte, como recursos humanos (RH), jurídico, contabilidade e tecnologia da informação (TI) são fornecidas pelo grupo, geralmente com profissionais dedicados à gestora. Não há área de trading, e as ordens são efetuadas pelos próprios gestores. |

|  |   |
|--|---|
| <b>Histórico e experiência de atuação</b>  | <p>A Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), instituição financeira sob a forma de empresa pública, foi criada em 12 de janeiro de 1861 quando Dom Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, que fundou a Caixa Econômica da Corte. Diversas mudanças em sua estrutura foram efetuadas, dentre elas a unificação das Caixas Econômicas Estaduais. A atividade de administração fiduciária e gestão de recursos de terceiros iniciou-se em 1991. Desde 1998, a VIART, de acordo com o estatuto da CAIXA, atua de maneira segregada das atividades que envolvam recursos próprios da Instituição, garantindo transparência, independência, exclusividade de atuação e conduta ética na administração e gestão de recursos de terceiros.</p>   |
| <b>Principais Categorias e Fundos ofertados</b>  | <p>O portfólio de fundos de investimento que são distribuídos conta com 404 produtos, entre fundos de investimento e carteiras administradas, buscando atender a investidores pessoas físicas e pessoas jurídicas dos segmentos corporativo, governos e institucional. O portfólio é composto por fundos de investimentos de renda fixa, de ações, multimercados, cambial, fundo de índice - ETF, fundos mútuos de privatização - FGTS, fundos de investimento no exterior, fundos imobiliários, de direitos creditórios. Os fundos de investimento e carteiras administradas são distribuídos pela CAIXA e possuem em suas carteiras ativos financeiros tais como ações e outros ativos de renda variável, contratos de derivativos, debêntures e outros títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas financeiras e não financeiras, direitos creditórios, e cotas de fundos de investimentos, além de títulos públicos federais e imóveis, no caso de fundos imobiliários. O serviço de gestão discricionária é estabelecido com base em diretrizes deliberadas em comitês e inclui abordagem top-down e setorial, com visão de longo prazo, suportados por análises da área de risco e jurídica.</p> |
| <b>Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão</b>  |   |
| <b>Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro</b> | <p>As Diretrizes de Investimento Pessoal são parte integrante do Código de Conduta dos empregados da VP Fundos de Investimento. Trimestralmente a unidade de Compliance monitora a aderência de tais diretrizes. A identificação de descumprimentos às Diretrizes pode ensejar a aplicação de medidas disciplinares, sem prejuízo das sanções administrativas ou criminais que, no caso, também possam decorrer das atitudes de descumprimento.;;</p>   |
| <b>Regularidade Fiscal e Previdenciária</b>  | <p>Certidões em anexo</p>   |
| <b>Volume de recursos sob administração/gestão</b>   | <p>R\$ 501 bilhões</p>  |
| <b>Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão</b>  |   |
| <b>Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros</b>              | <p>QDD ANBIMA</p>   |

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| <b>Outros critérios de análise</b> | N/A |
|------------------------------------|-----|

|  |
|--|
| <b>VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:</b>  |
| A Instituição atende aos requisitos da Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Comitê de Investimentos examinou as documentações e as considerou adequadas, portanto a Instituição está aprovada no credenciamento. |

|               |                     |              |            |
|---------------|---------------------|--------------|------------|
| <b>Local:</b> | <b>ITAPIRA - SP</b> | <b>Data:</b> | 09/01/2024 |
|---------------|---------------------|--------------|------------|

| <b>VII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:</b> | <b>Cargo</b>                      | <b>CPF</b>     | <b>Assinatura</b> |
|--|-----------------------------------|----------------|-------------------|
| MARLENE DA SILVA LIMA RAFAELLI                     | GESTORA DE INVESTIMENTOS          | 120.738.998-62 |                   |
| ALBERTO FORACIEPE NETO                             | MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS | 308.891.678-50 |                   |

**CREDCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO**

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº1.467/22, sendo que o art. 106,IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº 1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa. Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.